

Apresentação

A publicação intitulada *Garantia do Direito à Educação: monitorando o PNE – Lei nº 13.005/2014* é o resultado do trabalho em parceria entre a Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diversas entidades do campo da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, através de Projeto de Extensão sobre Monitoramento e Avaliação do PNE, proposto no ano de 2014.

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2014, com a consequente elaboração e aprovação do Plano Estadual e dos Planos Municipais, no ano de 2015, ao trazer novos desafios à Faculdade de Educação, renova aqueles que lhe são históricos, como a produção de conhecimentos e de saberes acerca da formação de professores para a Educação Básica e a análise das políticas educacionais. Desafios oriundos da urgência com as problemáticas contemporâneas dos Direitos Humanos e da garantia do direito à Educação e que foram sendo tecidos à luz de uma reflexão acerca da importância dos Planos em Educação serem tomados como política de Estado e não como po-

líticas de governo. Garantir essa premissa será fundamental ao longo da década de vigência dos Planos (2014-2024) para que possamos dar continuidade às conquistas e aos avanços que este PNE enseja.

Na origem do Projeto de Extensão “Monitoramento e Avaliação do PNE” esteve o compromisso da Faced com a constituição de redes de ensino e pesquisa, de ações de extensão em parceria com instituições e entidades representativas do campo educacional no Estado e no Município de Porto Alegre que buscassem colaborar para o monitoramento e avaliação do PNE no Estado. Além disso, esteve o desejo em acompanhar a sua implementação como política pública de fundamental significado para a formação de professores para a Educação Básica. Desejo que ora se materializa nessa publicação, já que ela busca expressar reflexões coletivas, balanços analíticos produzidos sobre as 20 metas do PNE, assim como revela o trabalho colaborativo entre essas entidades e instituições em prol, e na defesa, das políticas públicas no campo da Educação.

Em uma época em que, nas palavras de Stephen Ball,¹ estamos vivendo o desaparecimento da concepção de políticas específicas ao Estado-nação, com consequências imediatas no abandono dos propósitos sociais da Educação, não é demais afirmar que configuramos esse projeto de extensão como um *movimento pelo PNE*, no centro do qual está a luta por uma escola pública, democrática, gratuita e de qualidade socialmente referenciada na eliminação das desigualdades na Educação e na sociedade. Como *movimento* o projeto foi assumindo, também, a feição de resistência aos recentes abalos sofridos na democracia brasileira. A crise que decorre dos ataques à democracia no País trouxe sérios riscos às políticas educacionais, dentre essas o PNE em sua dimensão de “epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira”, conforme situa Luiz Fernandes Dourado.² A ofensiva neoliberal e os processos de privatização e mercantilização da educação pública colocam em risco a “materialização do PNE”, ainda na reflexão de Dourado.

¹ Ball, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

² Dourado, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/Anpae, 2017.

Da mesma forma, no nascedouro da concepção que orientou a formulação desta publicação, composta por textos que enfatizam tanto a garantia do direito à educação como o monitoramento dos Planos em Educação, esteve a convicção de que as ações de monitoramento e avaliação do PNE, propostas no Projeto de Extensão Monitoramento e Avaliação do PNE/Faced/UFRGS, são *lugares de memória coletiva* em prol da preservação do que certamente não seria demasiado afirmar-mos: a Educação, em sua dimensão simbólica, é patrimônio cultural e social a ser transmitido às novas e futuras gerações. É direito humano fundamental, bem público e dever do Estado, meio de realização de outros direitos humanos.

Sobretudo, tratou-se da geração de memória e “relato” do trabalho coletivo, dentro dos limites possíveis, empreendido por “um cem número de pessoas”, qual dito de Michel De Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*.³ Todas elas representando uma comunidade educacional em estado de tensão diante do que foi apontado no parágrafo anterior. Como *memória*, tais ações de monitoramento expressam as forças propositivas do direito à Educação em uma sociedade “congenitamente regida pelo nexo da violência econômica”, nas sábias palavras de Paulo Arantes,⁴ e de um Estado que ganha feições de uma matriz antipopular, monocultural, empobrecedor das classes populares e privatizador da riqueza nacional.

Essas ações compuseram, então, o Ciclo de Debates titulado “Garantia do Direito à Educação: monitorando o PNE – Lei nº 13005/2014”, organizado em várias mesas de debates, as quais tematizaram e problematizaram os diversos eixos que estruturam o Plano Nacional de Educação, com vigência até o ano de 2024. Desse Ciclo de Debates participaram docentes e pesquisadores do Brasil e dos países vizinhos Argentina e Uruguai. O ciclo teve como característica fundamental a de ser espaço de debates, mediado pela experiência da elaboração coletiva, aquela que se volta para a construção de sentido comum.

³ De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁴ Arantes, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

Como movimento, o Ciclo de Debates se estendeu durante o ano de 2017, dos meses de abril a dezembro, com a participação de inúmeros gestores da rede pública e municipal, docentes, estudantes de cursos de licenciatura e de pós-graduação em Educação, entidades representativas dos movimentos sindicais, associações científicas do campo da Educação, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Associaram-se, também, a esse coletivo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Fórum Gaúcho de Educação Infantil (FGEI), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do RS (Forumeja) que, igualmente, participaram ao longo do ano de 2017 do referido Ciclo de Debates.

À medida que o ciclo foi se desenvolvendo, novas parcerias foram se consolidando, como aquela firmada com a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude (Cece) da Câmara de Municipal de Porto Alegre. Da mesma forma foi estabelecida parceria com o VIII Encontro Estadual da UNCME, realizado em novembro de 2017, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, cuja abertura do evento esteve a cargo da mesa de debates, integrante do Ciclo de Debates, que tematizou o “Direito à Educação, Sistema Nacional de Educação – SNE e Regime de Colaboração”.

Ao todo foram onze mesas de debates, que contaram com debatedores de reconhecida participação nacional e internacional no campo dos direitos humanos, das políticas públicas em Educação e do financiamento da Educação, bem como de pesquisadores do campo da Educação Básica e do Ensino Superior. Os encontros ocorreram em sua maioria no auditório da Faculdade de Educação (Faced/UFRGS), bem como no auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS), no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS), no anfiteatro Padre Werner (Unisinos) e no plenário Ana Terra (Câmara de Vereadores de Porto Alegre).

Sobre a presente publicação, cabe uma breve apresentação dos quinze textos que a compõem. Os cinco primeiros textos que abrem o livro tematizam questões que poderíamos chamar basilares para a materialização dos Planos em Educação, pois dizem respeito a temas

cruciais no contexto da educação brasileira. Há muitas décadas que fazem parte da agenda educacional questões como o Sistema Nacional de Educação (SNE), o regime de colaboração, o financiamento da educação, o papel da educação na construção de uma sociedade democrática e o direito à educação no PNE na tensão entre políticas de Estado e políticas de governo. Os autores e autoras tratam desses temas de maneira a não nos deixar com dúvidas de que a democratização da sociedade brasileira pela via da educação em tempos de ampla mobilização pela ampliação de direitos está intrinsecamente ligada à tensão fundamental entre Estado e sociedade e entre fundo público e justiça social. O desenvolvimento dessas reflexões é apresentado nos seguintes trabalhos: “Sistema Nacional de Educação: agenda estratégica em um contexto de disputas entre projetos educacionais”, dos autores Luiz Fernandes Dourado e Walisson Araújo; “Sistema Nacional de Educação: a regulamentação do regime de colaboração e a garantia do direito à educação”, dos autores Catarina de Almeida Santos e Daniel Cara; “Como financiar o PNE 2014-2024 em tempos de Emenda Constitucional nº 95/2016”, de José Marcelino de Rezende Pinto; “O papel da educação na construção de uma sociedade democrática: o Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática no PNE em debate”, de Vera Maria Vidal Peroni; e, por fim, “Direito à Educação, políticas de Estado: monitorando o PNE – Lei nº 13.005/2014”, de Sônia Mara M. Ogiba.

Outro conjunto de quatro trabalhos focaliza a perspectiva do Sistema e da importância do controle social para as políticas públicas. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental no território de Porto Alegre são analisados a partir de uma abordagem ecossistêmica. Do mesmo modo, modelos de avaliação e a qualificação das aprendizagens são discutidos no contexto do PNE, do PEERS e do PMEPOA contrapondo modelos gerencialistas e modelos de regulação vinculados à concepção de gestão democrática de educação. São eles: “O papel do Fórum Municipal de Educação de Porto Alegre (FMEPOA) a partir do Plano Municipal de Educação de Porto Alegre (PMEPOA)”, de autoria de Célia Maria Trevisan Teixeira; “Gestão pública do ecos-

sistema municipal de Educação: o caso de Porto Alegre”, do secretário municipal de Educação Adriano Naves de Brito; “A Província Brasil em análise na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre”, de Darlize Teixeira de Mello; e o texto de Isabel Letícia Pedroso de Medeiros, “Concepções de qualidade da Educação presentes na Meta 7 dos planos de Educação: gestão democrática *versus* gerencialismo”.

O décimo texto que integra a obra, “Paradoxos das políticas de formação continuada de professores na ‘sociedade do cansaço’: ponderações críticas”, de Roberto Rafael Dias da Silva, desenvolve uma reflexão crítica acerca das políticas de formação continuada de professores no Brasil em um cenário nomeado como “sociedade do cansaço”.

A Educação Básica em sua complexidade é abordada em um outro conjunto de três trabalhos, a saber: “Educação Infantil no Plano Nacional de Educação: avanços verificados e desafios a serem enfrentados pelos municípios”, de autoria de Débora Brondani da Rocha e Hilário Royer, integrantes do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; “Integração entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos: (im)possibilidades da Meta 10 do PNE 2014-2024”, de Dante Henrique Moura; e “Direito à Educação no Brasil: democratiza-se a política pública de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio para jovens e adultos? ”, de autoria de Jane Paiva.

Os dois últimos trabalhos encerram a obra com o tema da diversidade e dos Direitos Humanos no PNE. Ambos os trabalhos trazem os grandes desafios ao tema em contextos diferenciados: Neusa T. Machado Salaberry aborda o “Plano Nacional de Educação e a educação especial”; e Rita Gomes do Nascimento (conhecida como Rita Potiguar) versa sobre “O Plano Nacional de Educação (2014-2024), a diversidade e a educação escolar indígena: possibilidades e limites”.

Cabe mencionar que esses quinze textos têm o valor de sintetizarem as reflexões tecidas durante os debates do referido ciclo. O fio condutor que os une e os articula é, sobretudo, a questão dos direitos humanos, da democracia e da justiça social, trazendo aos planos da análise e da crítica as tensões permanentes entre a sociedade civil e a sociedade política; entre o direito à educação e o financiamento à

educação como direito; entre educação e trabalho e a educação profissional como uma das dimensões do direito à profissionalização; entre a gestão democrática da educação, e na educação, e a valorização dos profissionais da Educação, visto que a democratização da educação pressupõe não somente a formulação de políticas mas também a formação qualificada desses profissionais, carreira, salários justos e dignos e, igualmente, condições de trabalho.

Atravessando essa tessitura reflexiva estão concepções de qualidade e avaliação da Educação, para além de modelos neotecnicistas, nas dimensões micro – enquanto resultados de aprendizagens – e macro – a dos sistemas em Educação.

Podemos acrescentar que em todos os quinze textos está (de forma presente ou de maneira subjacente) a urgência da institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE), prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), cuja matéria é de natureza constitucional, concebido no contexto de relações e articulações federativas, reforçando, portanto, o papel do Estado na garantia do direito à educação.

Ao concluirmos essa tarefa, temos a certeza de que os textos aqui apresentados serão catalisadores para a continuidade das ações de Extensão sobre o monitoramento e avaliação dos Planos, da mesma forma como o serão para ações de pesquisa no âmbito do Ensino Superior e da valorização do magistério, em uma importante articulação das Metas 12, 13, 14, 15 e 16 do PNE. Esse trabalho de pesquisa vem sendo coordenado pelo Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, da Faced, contando com a parceria da Comissão de Ensino Superior do Fórum Municipal de Educação (FMEPOA).

Por fim, cabe o registro, os textos que fazem parte da obra ilustram a riqueza das reflexões e dos debates ocorridos nas diversas mesas do Ciclo de Debates. A totalidade das discussões pode ser acessada no *site* do Projeto de Extensão Monitoramento e Avaliação do PNE/Faced/UFRGS, no *link*: <http://www.ufrgs.br/monitoramentopne>.

Sônia Mara M. Ogiba